1. Quais são os **factores determinantes** para o crescimento económico em Portugal?

- A capacidade empresarial, que engloba investimento e necessidade de financiamento;
- Quadro macroeconómico favorável, com ênfase na sustentabilidade das finanças públicas;
- Quadro institucional favorável, sobressaindo a realização de reformas estruturais e a existência de um sistema financeiro forte;
- Competitividade, alicerçada no conhecimento e na eficiência, ganhos de produtividade e inovação.

Os maiores **constrangimentos** ao crescimento económico indicam-se a seguir:

- Do lado das finanças públicas, saliento a necessidade de intensificar a redução da **despesa pública** e da sua estrutura para poder **aliviar a carga fiscal** e assim contribuir para aumentar a atractividade do país para o investimento. Mas bem sabemos que tal exige a reforma do Estado e esta, politicamente, não é praticável sem um **compromisso** entre os principais partidos;
- Excessivo endividamento das sociedades não financeiras (um dos maiores da Europa);
- Investimento (diria subinvestimento), que necessita de forte impulso numa conjuntura com vários aspectos desfavoráveis para os investidores.

Ora, qualquer destes dois últimos constrangimentos levará anos para ser resolvido. Entretanto, temos de procurar acelerar, com medidas eficazes a redução das vulnerabilidades e constrangimentos da economia. Fez-se já um bom trabalho na flexibilização das empresas, que revelaram uma boa capacidade de ajustamento nos últimos anos, designadamente com significativa redução de custos e diversificação dos seus mercados.

2. De entre os pilares para a prosperidade das PME (empreendedorismo, redução dos custos de contexto, formação de competências, acesso aos mercados globais, parcerias e acesso ao financiamento) vou centrar-me neste último.

Antes disso, faço uma breve referência ao pilar **parcerias**.

Dos vários domínios onde é indicado e racional realizar parcerias – por exemplo, o relativo ao reforço de capitais, com entrada de novos accionistas, ou fusões ou associações para aumentar a dimensão, ou os que visam a comercialização, incluindo a integração em redes, ou os que pretendem reforçar a área tecnológica, com realce para as tecnologias de informação e as aplicações digitais –, sem dúvida que as relações com o sector financeiro surgem prioritariamente.

Os bancos e outras instituições do sistema financeiro são os principais parceiros das empresas.

3. Desde o início do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro verificou-se uma redução da concessão de crédito às empresas, que resultou da crise financeira internacional, mas também, principalmente, da crise da dívida soberana e da recessão económica.

A Banca no Fi
das Em

Fernando Far
Presidente da Associaçã

"[...] temos de procurar acelerar,
das vulnerabilidades e const

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

nanciamento
presas

ia de Oliveira
o Portuguesa de Bancos

, com medidas eficazes a redução
trangimentos da economia."

Tal ficou a dever-se, numa primeira fase, perdido o acesso aos mercados, ao processo de desalavancagem necessário para garantir a estabilidade financeira e permitir o fortalecimento dos bancos.

Registou-se, também, o impacto na economia do novo quadro regulatório e do reforço da supervisão da banca, que vêm sendo implementados a nível europeu e mundial e trouxeram também grandes alterações e implicações no sistema bancário e nos modelos de negócio dos bancos.

Os novos requisitos de capital, de liquidez e de *leverage*, a nova cultura de supervisão bancária, implicando critérios ainda mais rigorosos de análise de risco e maior exigência na qualidade dos colaterais, impõem naturalmente sensatez na concessão de crédito.

Só para se ter uma ideia dos impactos da nova regulação, dou um simples exemplo.

Em Basileia II, exigia-se que o capital de maior qualidade dos bancos (acções com direito a votos e reservas) fosse superior a 2% dos activos ponderados pelo risco; em Basileia III, em vigor desde o ano passado, essa exigência aumentou para 7% e foi acrescida de mais nove requisitos: exigem-se outros mínimos de capital (TIER 1 e TIER 2), de capital de qualidade (CT1) e de maior qualidade (Common Equity Tier 1), colchões de capital adicionais (*buffer* contraciclíco, de conservação), rácios de liquidez de curto e longo prazo, limites de endividamento (rácios de *leverage*) e exigências em matéria de resolução. Passou-se de um rácio de capital em Basileia III para dez indicadores distintos. A gestão do consumo de capital é vital na banca.

No lado da supervisão prudencial, à supervisão de solvência junta-se a macroprudencial e a de resolução.

Os modelos de avaliação de risco são exigentes e não se limitam ao risco de crédito – o risco de mercado, o operacional, o risco de capital, o risco de liquidez, os riscos de *governance* e de conduta, o risco do modelo de negócio, o risco de contexto são também peças essenciais da nova supervisão.

As carteiras de crédito dos bancos são escrutinadas com base em critérios iguais para todos os bancos europeus. E, se os créditos não estão bem fundamentados e colateralizados, os bancos têm de registar imparidades ou fazer provisões.

4. Entretanto, como sabemos, a crise económico-financeira conduziu a um aumento enorme do incumprimento do crédito; a taxa de incumprimento de crédito, das imparidades e das provisões no balanço dos bancos e a margem financeira dos bancos está sob forte pressão devido ao muito baixo valor das taxas de juro do euro. Assim, a rendibilidade da banca caiu drasticamente, de um ROE superior a 16% em 2007 para valores negativos desde há três anos, em termos agregados.

No entanto, o trabalho desenvolvido pelos bancos permitiu, por um lado – e devido aos aumentos de capital

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

> "[...] a rendibilidade da banca caiu drasticamente, de um ROE superior a 16% em 2007 para valores negativos desde há três anos, em termos agregados."

efectuados –, que apresentem rácios de capital acima dos mínimos exigidos. Os bancos estão mais **solventes** e a sua **liquidez** também melhorou significativamente. As medidas tomadas pelo BCE, designadamente a descida da taxa de juro de intervenção e as LTRO, operações de financiamento bancário de longo prazo ligados ao crescimento de crédito, bem como a redução do rácio de transformação, o bom comportamento dos depósitos (e, nalguns casos, um ligeiro regresso aos mercados) permitem que os bancos não tenham problemas de liquidez.

Este facto, aliado à necessidade de os bancos aumentarem o seu negócio – o que significa conceder mais crédito – para melhorarem a sua rendibilidade, faz com que haja uma capacidade suficiente para atender a procura de crédito **solvente**. E as taxas de juro para esta procura têm vindo a diminuir. O problema está, então, em que a **procura de crédito** é realmente **escassa**, o que espero não aconteça com as PME Excelência. Repito: a banca não apresenta problemas de liquidez e é a principal interessada em conceder crédito e actuar como parceiro das empresas que obedeçam às condições requeridas para ter acesso ao crédito.

Mas, para tal, é necessário que as PME:

- Apresentem adequada autonomia financeira;
- Aperfeiçoem a sua informação contabilística e de gestão;
- Forneçam modelos de negócio sustentáveis, *business plans* credíveis, estratégias de crescimento consistentes;
- Demonstrem capacidade de gestão;
- Se foquem na criação de valor a prazo, sem descurar a necessidade de geração de resultados de curto prazo que permitam o cumprimento das suas responsabilidade para com terceiros;
- Quando estão ainda muito sobreendividadas, mas são viáveis e têm mercado, estudem soluções possíveis, com o aconselhamento dos bancos;
- Sejam capitalizadas; a capitalização das empresas é fundamental para o acesso ao financiamento em condições de preço sustentáveis a médio e longo prazo, quer se trate de empresas já com dimensão (*mid-caps* e outra) e com grau de desenvolvimento que lhes permita recorrer também a outras fontes de financiamento, quer se trate do grande universo das PME, para o qual a intermediação bancária é ainda mais fundamental por razões de redução de assimetrias de informação, eficiência de avaliação e acompanhamento do crédito.

As PME Excelência já cumprem estes requisitos, mas existe um grande número de PME que apresenta desvantagens competitivas significativas ao nível da disponibilização da informação contabilística e de gestão, do risco intrínseco, na sofisticação financeira, na visibilidade externa. Donde mecanismos que reduzam estas precariedades são particularmente úteis (até para virem a proporcionar uma capacidade de diversificação futura de fontes de financiamento).

Para terminar, não tendo tempo para um desenvolvimento mínimo, faço referência a duas matérias muito actuais relacionadas com o financiamento da economia.

A primeira tem a ver com o desenvolvimento de outras formas de financiamento e a segunda com o Programa Quantitative Easing.

Outras Formas de Financiamento

Na Europa, os bancos têm historicamente sido a principal fonte de financiamento do investimento, com os mercados de capitais a apresentarem um papel muito secundário; 70% das necessidades de financiamento da Europa são cobertas por crédito bancário, contra 30% no EUA. **É desejável que o desenvolvimento de formas de financiamento alternativas**, mais do que substituir, **venha a complementar** o crédito bancário, potenciando um financiamento mais favorável da economia.

Encontra-se em curso um ambicioso **projecto de criação de uma União de Mercado de Capitais**, com os seguintes **objectivos**:

- **Curto prazo – fomentar o financiamento da economia**, com os mercados de capitais a constituírem uma espécie de "pneu suplente" do crédito bancário;
- **Longo prazo – criação de sistema financeiro:**

a) **mais eficiente e mais competitivo;**

b) **mais resiliente** (devido a uma maior diversificação de fontes de financiamento).

No quadro 1, apresento várias modalidades de financiamento das empresas, agrupadas por objectivos de utilização.

Finalmente, uma nota sobre o Programa Quantitative

> "Os bancos estão mais solventes e a sua liquidez também melhorou significativamente. [...] a banca não apresenta problemas de liquidez e é a principal interessada em conceder crédito [...]"

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Quadro 1

Financiamento das PMEs

1. Acesso ao Crédito

- Melhorar a autonomia financeira;
- Aperfeiçoar a informação contabilística e de gestão;
- Construção de modelos de negócio sustentáveis.

2. Criação de Alternativas ao Crédito Bancário

- *Asset finance;*
- Mercado de capitais;
- Obrigações (*covered bonds*);
- *Mid-size company bond market;*
- Instrumentos do mercado monetário;
- Créditos directos de investidores;
- *Loan funds;*
- *Factoring;*
- Papel comercial.

3. *Equity e Growth Capital*

- *Business angels;*
- Capital de risco;
- *Equity funds (private equity investment);*
- Ofertas particulares;
- *Project finance;*
- Instrumentos híbridos elegíveis.

4. Revitalização do Mercado de Securitização

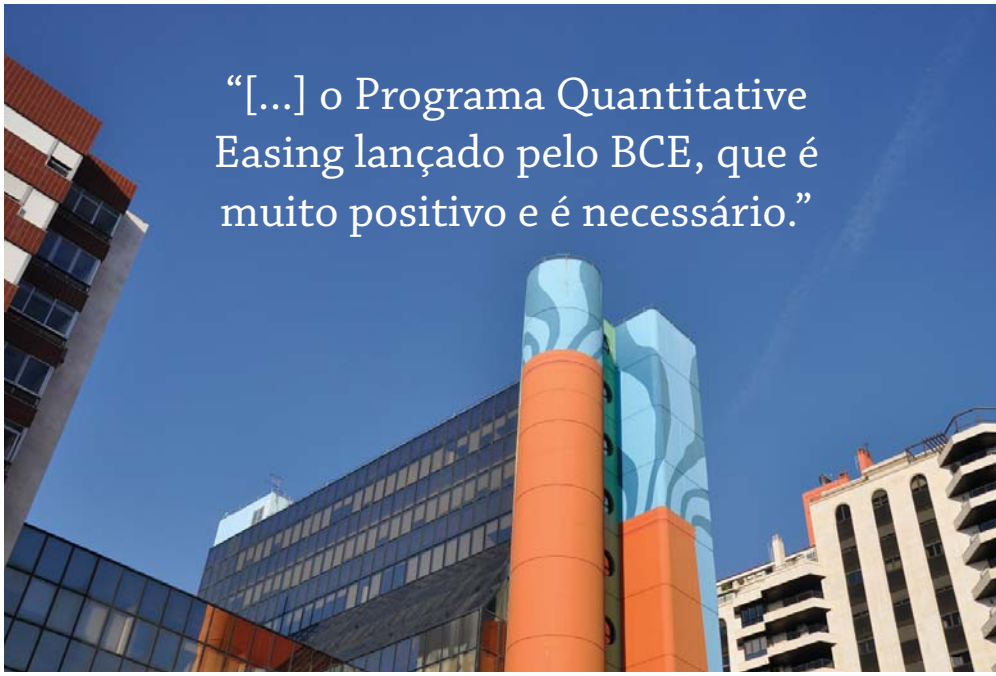
- Necessidade de revisão da regulação existente, para tornar estes instrumentos menos penalizadores em termos de consumo de capital;
- Desenvolvimento de um mercado baseado em estruturas simples e activos de baixo risco.

5. Expansão dos Canais de Crédito Não Bancário (*Shadow Banking*)

- Transformação de maturidades, liquidez e créditos;
- Requer regulação e supervisão.

6. Outros Instrumentos

- Utilização de apoios comunitários e colaboração com instituições financeiras internacionais (BEI e FEI).



Easing lançado pelo BCE, que é muito positivo e é necessário. Esta compra massiva dos títulos da dívida já emitidos e adquiridos no mercado secundário, principalmente dívida pública, tem como objectivos:

- Subir a taxa de inflação para o limiar de 2%;
- Provocar uma depreciação do euro, o que contribui para o aumento das exportações europeias;
- As taxas de juro de longo prazo descerem, o que encoraja o investimento e o consumo;
- Reduzir a fragmentação dos mercados, por redução da diferenças de prazos nos principais mercados;
- Permitir uma "injecção" de confiança nos agentes económicos.

Mas, para se assegurar um crescimento económico razoável e sustentado na Europa, o mecanismo de transmissão da política monetária tem de ser complementado com medidas eficazes da política económica e orçamental e com reformas estruturais.

Este programa permite libertar liquidez adicional para o sistema bancário, o que, mesmo reiterando que esse não era um constrangimento significativo neste momento para o nosso sector bancário, é sempre um contributo positivo. Certos projectos que requereriam crédito com prazos mais amplos poderão beneficiar desta medida.

E o sector bancário terá de saber, também ele, aproveitar da melhor forma possível esta medida no reforço do seu capital próprio, o que é um elemento determinante para aumentar a capacidade de concessão de crédito.

O Quantitative Easing não pode ser tido como um programa "milagreiro" para conceder crédito a empresas ou projectos que não reúnam condições para a ele acederem – a gestão rigorosa, a regulamentação, a supervisão bancária não o permitem.

Mas, sem dúvida, é uma medida deveras positiva, necessária, que contribui para motivar, ainda mais, o objectivo dos bancos de aumentarem o volume do crédito solvente e, principalmente, para **estimular a procura do crédito**. ■

Texto do discurso na cerimónia de atribuição do estatuto PME Excelência 2014, Europarque, 26 de Janeiro de 2015. Texto escrito segundo a antiga ortografia.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon